

A ARQUEOLOGIA URBANA,
SUBSÍDIOS PARA A SUA COMPREENSÃO

Sérgio Madeira *

“(…) Mas (a Arqueologia), que estuda os testemunhos materiais da acção humana, está particularmente atenta aos gestos anónimos, às vozes sussurradas que, por detrás dos grandes feitos e das figuras que têm um rosto e um nome, perfilam o clamor longínquo da grande aventura da Humanidade.”

Vitor Oliveira Jorge, 1987

Apesar de uma primeira abordagem na imagética do senso-comum associar “escavação arqueológica” a locais como o Egito ou Perú, com o deserto ou a floresta equatorial em redor, esse retrato minimalista não faz juz à Arqueologia e em nada se relaciona com o tema que se pretende abordar nestas páginas, a Arqueologia Urbana.

Imagine-se, ao invés de um bucólico planalto ou encosta, um quarteirão de uma cidade com tráfego pedonal e/ ou automóvel e com todo um conjunto de infraestruturas em uso: é aí que se desenvolve a Arqueologia Urbana. E, como em qualquer outro ramo da Arqueologia, requer particulares cuidados e pode aprender-se muito com ele.

Tomando, de um ponto de vista lato e abrangente, a Arqueologia como a disciplina científica que estuda as culturas e os modos de vida das comunidades humanas no Passado a partir da análise de vestígios materiais que então produziram e hoje subsistem, ao longo dos tempos a investigação arqueológica, inicialmente relacionada em grande parte com a Pré-História e as afamadas civilizações da Antiguidade, passou a aplicar-se a etapas mais recentes como a Idade Média, a Época Moderna ou o Período Industrial, incidindo na atualidade sobre todos os aspetos que marcaram esses tempos.

* *Arqueólogo, Mestre em Arqueologia e Território (Especialidade em Arqueologia Urbana) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Técnico Superior da Câmara Municipal de Coimbra (Gabinete para o Centro Histórico – Grupo de Arqueologia).*

É nessa sequência evolutiva da própria história da Arqueologia que a Arqueologia Urbana ganha destaque, possibilitando saber mais sobre o nosso passado mais próximo, desde logo o passado de espaços hoje ocupados por quarteirões e bairros anteriormente construídos, alterados e vividos pelos nossos “anteriores vizinhos”.

Os meios urbanos centralizam instituições políticas e administrativas, importantes espaços de culto ou com cargas simbólicas, economias complexas com especialização do trabalho e estratificação social e a Arqueologia Urbana pode recuperar informações sobre estes e outros aspetos das comunidades passadas através de métodos de trabalho de campo e de laboratório cada vez mais em crescente especialização e desenvolvimento.

Face ao acelerar do ritmo de desenvolvimento urbano da atualidade de muitas das nossas cidades a Arqueologia Urbana tende cada vez mais a projetar-se, contribuindo para um novo enquadramento regulamentar que exige este tipo de trabalhos nos Centros Históricos.

~ * ~

“A arqueologia não pára onde começa a escrita. (...) a marca do quotidiano, o arqueosítio são muitas vezes o único meio para acedermos à mensagem daqueles para quem a oralidade foi a única memória.”

Cláudio Torres, 1989

Os fundamentos teóricos e metodológicos da Arqueologia Urbana são, *grosso modo*, os mesmos que os da Arqueologia no seu geral. As suas especificidades resultam mais do facto das cidades, enquanto objetos de estudo, corresponderem a espaços em constante e contínua renovação desde há séculos até aos dias de hoje.

Em Arqueologia Urbana a própria decisão de escavar, as razões que a motivam e a programação desses trabalhos apresentam contornos distintos: desde logo, não se pode simplesmente escavar em qualquer ponto da cidade, habitação ou artéria, para comprovação de determinada tese ou objetivo concreto. O arqueólogo em meio urbano tem de aproveitar as oportunidades, devendo estar atento a cada novo projeto de construção, uma vez que, quase sempre, um dado espaço numa atual malha urbana torna-se disponível para escavação devido às exigências do quadro regulamentar de planeamento urbano e não tanto devido à sua importância arqueológica.

Na verdade, alguns dos primeiros casos de Arqueologia Urbana nasceram, inicialmente, de projetos de execução de autoestradas e metro nos Estados Unidos (Atlanta, Nova York, Filadélfia, Bóston, Seattle)¹.

Um dos pontos fortes da Arqueologia Urbana consiste no facto desta fornecer, muitas vezes, informações independentes e complementares à documentação escrita, debruçando-se pragmaticamente sobre os vestígios resultantes da vida quotidiana daquelas gentes ou daqueles espaços edificados que não ficaram de modo algum registados. Simples fragmentos cerâmicos abandonados em níveis de aterro, por exemplo, poderão contribuir para identificar relações comerciais ou alterações sócio-económicas, tanto ou mais que certos registos escritos. Esta realidade não impede, contudo, que todas as fontes escritas e orais constituam pontos de partida fundamentais na pesquisa e interpretação da história dos aglomerados urbanos – fontes também elas muito importantes com vista à análise do potencial e carga informativa que encerram os locais em estudo, antes mesmo de qualquer intervenção no terreno.

Relativamente ao trabalho de campo levado a cabo no terreno, os arqueólogos tiveram que ir adaptando-se e desenvolvendo métodos para trabalhar no ambiente urbano.

Se, por um lado, o arqueólogo deve acompanhar o trabalho desenvolvido por escavadoras na remoção de entulhos, trabalhando muitas vezes em função dos custos do aluguer de bombas de drenagem de águas ou prazos de empreitada, em vãos esconsos e profundas valas escoradas, por outro, tal como nos meios rurais, também nas áreas urbanas têm de ser rigorosos nos métodos de registo, nomeadamente através da aplicação dos princípios da estratigrafia arqueológica, eventualmente recorrendo ao uso da Matriz de Harris (HARRIS, 1989), procedendo à análise dos processos de acumulação no solo de diferentes estratos ou camadas, individualizando-os em unidades estratigráficas e analisando a relação entre si por forma a definir cronologias e contextos arqueológicos relacionados com artefactos e/ ou estruturas, sendo que em meio urbano a análise e interpretação das unidades estratigráficas reveste-se de particular dificuldade, fruto de muitas estratigrafias invertidas e múltiplos conjuntos de infraestruturas (ROSKAMS, 2001, 2003).

¹ *“What can we learn from urban archaeology?”* by Charles W. Bryant. Disponível em science.howstuffworks.com [acesso em 2011 Jul 28].

Nessa conformidade, deve assegurar-se a monitorização arqueológica do projeto com o mínimo prejuízo do seu desenvolvimento ao mesmo tempo que sejam garantidas aos arqueólogos condições também minimamente satisfatórias para executar a sua tarefa.

Grande parte dos trabalhos em Arqueologia Urbana são, portanto, trabalhos arqueológicos de acompanhamento das próprias empreitadas e esse tipo de intervenção requer uma colaboração muito estreita entre os arqueólogos e os outros responsáveis e intervenientes em obra, sejam projetistas, técnicos de fiscalização, empreiteiros ou serventes. Muitas vezes a tensão entre as partes e a pressão de obra requerem uma especial inteligência de gestão e poder de negociação por parte dos arqueólogos.

Nos contextos urbanos o arqueólogo torna-se uma espécie de “médico de clínica geral”, uma vez que, para além de poder ter que intervir em diversos tipos de contextos arqueológicos, pertencentes a diferentes épocas, tem de possuir adequada preparação técnico-científica, experiência e boa capacidade de decisão, assim como um bom conhecimento e controlo do projeto e calendário de obra.

Em contexto de obra, tem de saber lidar e ao mesmo tempo exigir formas de escavação menos agressivas como seja, por exemplo, o uso de escavadoras ligeiras em vez de grandes rotativas ou proceder a desaterros por camadas em vez de escavação vertical arbitrária, com interrupções pontuais em certas frentes, contribuindo estas opções para um melhor controlo dos trabalhos e melhor possibilidade de registo por parte do arqueólogo.

Em contrapartida, o arqueólogo deverá informar os outros intervenientes nos projetos sobre o tipo de achados que ocorrem ou que poderão ser expectáveis, justificando devidamente os eventuais condicionalismos que se possam impor às obras.

Quando a intervenção arqueológica decorre num momento em que um dado projeto se encontra delineado, a noção de que a ocorrência de vestígios arqueológicos possa atrasar (ou mesmo inviabilizar, em situações-limite) um projeto de obra é uma realidade que, desde início, terá de ser assumida por todos os intervenientes, mediante o quadro legal vigente, devendo para isso os projetos estar abertos a ajustes que permitam a preservação e reintegração de determinados elementos arqueológicos, valorizando os projetos iniciais.

É evidente que em casos radicais de grande envergadura, como a alteração do traçado de uma estrada ou o impedimento da construção de um grande empreendimento imobiliário a questão apenas se coloca perante achados de caráter perfeitamente excepcional. Qualquer decisão que conduza a esse resultado será sempre seriamente ponderada, fazendo uso de critérios o mais possível objetivos de valorização dos vestígios, e partilhada entre os vários intervenientes, desencadeando mecanismos legais de classificação patrimonial, bem como processos de indemnização (REAL, BRANCO, 2009; SILVA, 2005).

Tendo em conta todas estas questões relacionadas com a valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano, uma outra questão se levanta: afinal o que se entende por “vestígio arqueológico” ou o que é objeto das intervenções em Arqueologia Urbana?

Na verdade, nos últimos anos a atenção do arqueólogo que trabalha em meio urbano passou também a englobar, por exemplo, a Arqueologia dos edifícios, a chamada “Arqueologia da Arquitetura”, que examina a evolução do património construído, registando e interpretando o edificado histórico.

A Arqueologia da Arquitetura teve a sua origem na década de 70 do século XX em Itália, fruto da mole de trabalhos de restauro e arqueologia medieval desenvolvidos nesse país, destacando-se os nomes de Tiziano Mannoni (MANNONI, 1990, 1996), Gian Pietro Brogiolo (BROGILOLO, 1988, 1996, 2007) e Roberto Parenti (PARENTI, 1983, 2002, 2004) como precursores deste tipo de estudo. Através da sua divulgação e debate em congressos e encontros internacionais como o de Palermo, em 1976², Valladolid, em 1999³ e Vitoria-Gasteiz⁴, em 2002, o reconhecimento do interesse da Arqueologia da Arquitetura suscitou a sua adoção por parte de arqueólogos, sobretudo no contexto da Arqueologia Urbana e, desde então, tem vindo a ganhar projeção face também ao acelerar do ritmo de desenvolvimento urbano da atualidade (de muitas das nossas cidades), favorecida por um novo enquadramento regulamentar que exige este tipo de trabalhos nos centros históricos.

² *Atti del Colloquio Internazionale di Archeologia Medievale, Palermo, 1976.*

³ *Atas del V Congreso De Arqueología Medieval Española, Valladolid, 1999.*

⁴ *2ª Bienal de la Restauración monumental, Vitoria-Gasteiz, 2002.*

A base da Arqueologia da Arquitetura é, de forma semelhante à análise de unidades estratigráficas no solo, a análise estratigráfica das sequências construtivas patentes nos alçados do edifício histórico (podendo obter informação não só da construção em si como também de reformas e alterações relacionadas com modas culturais ou necessidades pragmáticas), podendo aplicar-se a Matriz de Harris na fase de registo e representação estratigráfica de forma similar a qualquer escavação (RAMALHO, 2007).

A Arqueologia da Arquitetura pode ser vista como um estudo pós-processualista, relacionado com a ampliação do âmbito disciplinar da Arqueologia Pós-Clássica sobretudo nos últimos trinta anos, debruçando-se sobre perspetivas de análise social da Arquitetura que, até então, não tinham sido abordadas formalmente por uma Arqueologia baseada numa perspetiva sobretudo estilístico-artística (*idem*). Neste contexto, a Arqueologia da Arquitetura não pode deixar de andar associada à Arqueologia Urbana, podendo ser considerada uma mais-valia.

~ * ~

“O passado é a única realidade humana. Tudo o que é já foi.”

Anatole France

Até finais do século XIX, quando a recolha de lixo doméstico começou a ser organizado nas áreas urbanas, o descarte de resíduos ou o seu enterramento um pouco por todo o lado eram prática comum. Se as casas ruíssem (ocorrência bastante comum quando as leis de planeamento eram, ainda, inexistentes), os proprietários reutilizavam o espaço, aterrando os restos e reconstruindo no local antigo. Estes fenómenos, aliados à sua continuada e intensa ocupação, contribuem para uma densidade estratigráfica muito grande nas cidades, problema com que se depararam ao arqueólogos que primeiro se dedicaram a escavar em meio urbano.

As primeiras escavações foram inicialmente limitadas a áreas rurais ou a cidades que tinham sido há muito abandonadas. O estudo precursor da cidade de Pompeia na segunda metade do século XVIII reconheceu a dificuldade da densidade estratigráfica, mas foi com a transição para a investigação mais acentuada das cidades na Europa após a Segunda Guerra Mundial (quando os

danos resultantes dos bombardeamentos e a necessidade de reconstrução deixaram áreas abertas para a investigação) que houve necessidade de repensar novos métodos de escavação⁵. Na verdade, desde a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução das cidades europeias e norte-americanas proporcionou um grande impulso à Arqueologia Urbana. Na Grã-Bretanha surgiram oportunidades para o estudo arqueológico de sítios com vestígios que remontam à época romana que de outra forma seriam inacessíveis. Nos distritos reconstruídos de Londres, Winchester, York e Exeter, entre muitas outras cidades britânicas, os arqueólogos têm, desde então, estudado a evolução dos padrões de assentamento urbano, arquitetura, indústria, comércio e comportamentos sociais⁶.

O Professor William Francis Grimes, arqueólogo galês que dedicou grande parte da sua carreira à Arqueologia de Londres, realizou, durante os anos 1950 e 1960, dezenas de escavações enquanto diretor do *London Museum* e do *Institute of Archaeology*, instituição da Universidade de Londres, fundada por Sir Mortimer Wheeler em 1937. Em 1954, Grimes identificou o *Mithraeum* (templo romano do deus Mitra) durante a reconstrução de um local bombardeado na Segunda Guerra Mundial. Embora o sítio tenha sido alterado pelas novas construções, Grimes conseguiu, então, salvar muito do património móvel, incluindo estátuas de mármore que atestaram a riqueza desse espaço no passado (GRIMES, 1956).

Para além de William Francis Grimes destaca-se o nome de outro arqueólogo, Martin Carver, cuja dedicação e trabalho resultaram no progresso da Arqueologia Urbana da Grã-Bretanha com repercussões várias e a um nível mais generalizado (CARVER, 2009).

Martin Carver, professor emérito de Arqueologia da Universidade de York, tornou, já na década de 1980, o projeto de pesquisa de Sutton Hoo (sítio com vestígios funerários dos séculos VI e VII, nas imediações de Suffolk), do qual é diretor em nome do *British Museum* e da *Society of Antiquaries of London*, um expoente de novos métodos de escavação e levantamento do período medieval. Carver notabilizou-se, também, pela criação do *Archaeology Unity Camp (BUFAU)* na Universidade de Birmingham, atualmente designado *Birmingham Archaeology*, uma das principais unidades profissionais de Arqueologia na Grã-Bretanha, efetuando trabalhos de contratação em larga escala. Desenvolveu, ainda, a “Matriz de Carver” onde, tal como Edward Harris, usa contextos numerados e definidos no local arqueológico como elementos de uma sequência, mas acrescenta agrupamentos

⁵ *Urban Archaeology – History, Methods, Current Status, Research and Theory in Current Archaeology*, by Steven R. Pendery. Disponível em www.jrank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html [acesso em 2011 Jul 28].

⁶ *Idem*.

de relações de superioridade ou inferioridade dentro das noções de "recurso" e "estrutura" para aumentar o poder da interpretação (muitas vezes em fase posterior à escavação)⁷, inspirando o estudo de outros arqueólogos, como Norman Hammond, que desenvolveram sistemas semelhantes nos anos de 1980 e 1990 (HAMMOND, 1991).

Por sua vez, a proliferação do mercado automóvel suscitou a criação de corredores de trânsito urbano e parques de estacionamento subterrâneo, oferecendo também oportunidades para estudar locais profundamente enterrados.

Em Paris, a construção de um estacionamento subterrâneo na Ile de La Cité durante os anos 1970 e 1980 revelou sítios romanos, medievais e modernos. Igualmente em Paris, um dos casos mais carismáticos resultou da descoberta das bases do castelo de Carlos V durante a construção do Museu do Louvre, tendo estas sido integradas nas galerias subterrâneas no projeto do novo museu⁸.

Os E.U.A. apresentam-se como um caso interessante na Arqueologia Urbana pois, apesar de constituir um país de história recente, a proteção patrimonial é, aí, foco de atenção a nível nacional e local.

O *National Historic Preservation Act* de 1966⁹ prevê a proteção e estudo de importantes sítios arqueológicos ameaçados por empresas federais e muitos Estados e algumas cidades promulgaram a sua própria legislação com vista à proteção de sítios arqueológicos significativos, resultando daí a possibilidade de investigação de sítios em meio urbano ignorados até recentemente.

⁷ No Diagrama de Carver as UEs estão inseridas em quadrados cujo tamanho corresponde ao período de tempo durante o qual se considera que esteve em função: os muros de um edifício com vários séculos de utilização ocuparão um quadrado largo e alto, uma vala que foi utilizada também durante muito tempo será representada num quadrado estreito e alto e outra que foi de uso temporário será representada num pequeno quadrado.

⁸ "What can we learn from urban archaeology?" by Charles W. Bryant. Disponível em science.howstuffworks.com [acesso em 2011 Jul 28].

⁹ *National Historic Preservation Act*. Disponível em www.achp.gov/nhpa [acesso em 2011 Jul 28].

A construção de estradas nos centros históricos de Filadélfia, Boston, Atlanta, Knoxville e Seattle suscitaram estudos arqueológicos pioneiros em contexto urbano¹⁰.

Contudo, nem todas as obras de construção e restauro possibilitam oportunidades à Arqueologia. Na segunda metade do século XX os arqueólogos tiveram que reagir ao que alguns têm chamado "erosão da História", fenómeno ligado a uma aceleração sem precedentes na transformação das cidades e, em especial, do seu subsolo, com o desenvolvimento de cada vez mais infraestruturas subterrâneas, sem consideração pelas pré-existências.

Através de palestras e colóquios incrementou-se a procura de salvaguarda do património arqueológico em solo urbano por meios técnicos, jurídicos e intelectuais e através da divulgação pública dos resultados mediante exposições, visitas e publicações, daí advindo um crescente interesse demonstrado pelo cidadão acerca das sociedades e formas de vida passadas.

~ * ~

*“O património arqueológico é, por definição,
um bem comum, coletivo, do povo.”*

Francisco Sande Lemos, 2006

“Arqueologia *na* Cidade ou Arqueologia *da* Cidade”?

Para proceder a uma reflexão relativa à problemática “Arqueologia *da* Cidade ou Arqueologia *na* Cidade” creio que o melhor ponto de partida será considerar a opinião dos arqueólogos portugueses João Zilhão e Francisco Sande Lemos de que “o património arqueológico é, por definição, um bem comum, coletivo, do povo” (LEMOS, 2006: 16).

Nessa contingência, todas as diretivas que não partilhem desta perspetiva serão, assim, contrárias à própria essência da Arqueologia. Dessa forma, a problemática em causa estaria celeremente resolvida, através da adoção lógica de uma “Arqueologia *da* Cidade”, tomando esta como um sítio arqueológico único, cujo legado histórico deverá ser devolvido à população em geral.

Mas serão as coisas assim tão simples?

¹⁰ *Urban Archaeology – History, Methods, Current Status, Research and Theory in Current Archaeology*, by Steven R. Pendery. Disponível em www.jrank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html [acesso em 2011 Jul 28].

Com efeito, a Arqueologia Urbana, com toda a sua complexidade estratigráfica, o seu perfil particular enquanto palimpsesto arqueológico, as dificuldades que encerra por atuar em cidades vivas e as múltiplas entidades envolvidas na gestão do espaço urbano, tem sido frequentemente revista e proposta como um domínio específico dentro da Arqueologia, regido por leis e políticas concretas e desenvolvido por arqueólogos com experiência comprovada na área.

Contrastando com o exemplo dado pela Arqueologia Urbana nos países anglo-saxónicos, com especial destaque para o trabalho de referência desenvolvido ao longo dos anos pelo *Museum of London* enquanto centro coordenador de intervenções, o caso português tem conhecido, acima de tudo, a prática de uma “Arqueologia na Cidade”, onde se tornou habitual ver em ruas vizinhas trabalhos arqueológicos desenvolvidos sem qualquer ligação ou consonância substantiva entre si.

A discussão em torno desta perspetiva remonta já a debates levados a cabo nas décadas de 1970 e 1980, cuja posterior criação do Instituto Português de Arqueologia (1997), assim como a aprovação da Lei de Bases do Património (2001) pareciam vir a ter em conta mas que, na verdade, acabaram por deixar que a Arqueologia Urbana fosse totalmente integrada, sem particulares ressalvas, na lógica dos contextos da “Arqueologia de Salvamento”.

Se, para alguns, a continuidade de trabalhos (mesmo que sem relação ou conhecimento prévio entre si, desenvolvidos de forma díspar por arqueólogos, empresas e/ ou especialistas) seja preferível à pura inexistência de trabalhos arqueológicos, tal premissa parece tendenciosa, ao mesmo tempo que parece validar a ideia de que o que interessa é fazer (escorados na exigência da lei) e não tanto fazer bem (tendo como propósito a salvaguarda do património e a produção de conhecimento), sobretudo se observarmos bons exemplos estrangeiros ou mesmo portugueses, como seja o Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto (GAU), o qual mostrou ser possível a coordenação e gestão dos vários trabalhos arqueológicos a desenvolver em consonância com os projetos de requalificação urbana.

Certo é que não se pode deixar que as memórias se percam, que as identidades se percam, devendo, para isso, ser criados, seja por quem for, depósitos organizados desse conhecimento, seja através da musealização, do arquivo, da elaboração de bases de dados, etc., nas cidades para as cidades.

~ * ~

“Falhar não é fatal: é a coragem para continuar que conta.”

Winston Churchill

A Arqueologia nas cidades tem vindo a acontecer há já algum tempo, desde o século XVIII, em cidades com uma reconhecida herança arqueológica como Roma, Pompeia, Alexandria e Cidade do México.

Foi nas últimas décadas, no entanto, que a questão da valorização do património arqueológico em meio urbano tem vindo a ganhar uma certa ascendente no campo das políticas de poder local e central.

Em 1992 foi revista e assinada em La Valleta a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico e, muito embora não haja aí uma referência concreta ao património arqueológico urbano, no âmbito do Conselho da Europa efetuaram-se reuniões sobre esse domínio específico que culminaram no *European Code of Good Practice: Archaeology and the Urban Project* (2000) e no *Report on the situation of Urban Archaeology in Europe* (2001), onde autores de vinte e dois países fazem uma síntese da Arqueologia Urbana nos diferentes países europeus. Estes atos, juntamente com a aprovação de algumas diretivas comunitárias (desde logo, 85/337/CEE e 97/11/CE) que instituem os princípios do “poluidor pagador” e da “ação preventiva”, contribuíram para a proliferação de novos trabalhos, multiplicando-se as medidas preventivas e minimizadoras no âmbito de trabalhos prévios e acompanhamentos de obras públicas e privadas.

A importância do valor cultural do património arqueológico encontra-se, assim, reconhecida na legislação internacional em vigor e este reconhecimento, em articulação com os vários instrumentos de gestão e de ordenamento do território, contribui para o fomento da sua proteção e salvaguarda.

E, se, no passado, a visão tradicional dominante do património cultural apenas considerava importantes as obras de arte, a arquitetura e elementos de grande valor, hoje esse conceito é obsoleto.

Numa sociedade cada vez mais globalizada e marcada pelo enfraquecimento dos laços sociais das origens da população, assim como pela “descoberta” da rentabilidade económica, presente nas políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento, valorizam-se cada vez mais os vestígios das manifestações culturais como resultado da vivência humana (REAL/ BRANCO, 2009).

Citando Fernando Real e Gertrudes Branco, “independentemente de qualquer critério que utilizemos para o classificar, o património cultural possui um valor *per se* enquanto resultado de uma construção cultural humana. Este, portador de informação que contribui para o aumento do conhecimento, atribui sentido, valor e significado a algo que, aparentemente, já não tem utilidade, e é esse facto que legitima a sua proteção” (REAL/ BRANCO, 2009: 18).

Nos países da Europa, apesar de certos trabalhos de interesse arqueológico em locais icónicos como Pompeia, Roma ou Óstia remontarem aos séculos XVIII e XIX, e de certos arqueólogos amadores ou meros caçadores de tesouros empreenderem escavações com vista à deteção de espólio arqueológico muito concreto, a sensibilidade para com a Arqueologia Urbana surgiu, na maioria dos casos, no balanço do pós-guerra, a partir da segunda metade do século XX, no contexto do estudo dos espaços destruídos e consequentes reconstruções, em moldes cada vez mais intrusivos dos solos urbanos.

O progresso do urbanismo acabou por contribuir, assim, para o desenvolvimento da Arqueologia Urbana enquanto fenómeno cada vez mais aceite pela comunidade civil e pelos organismos estatais, criando, mais cedo ou mais tarde, quadros legais de proteção e supervisão que, variando na forma, podem considerar-se idênticos na sua essência.

Para além do interesse científico, os Estados da Europa foram apercebendo-se igualmente do potencial económico que poderão encerrar muitos dos vestígios descobertos, potenciando o turismo e galvanizando as indústrias culturais e criativas na economia do espaço europeu.

Efetivamente, como resultado de vários fatores, entre os quais o prolongamento da esperança de vida, o desenvolvimento da escolaridade e a melhoria geral das condições de vida, o turismo cultural tem crescido exponencialmente na última década, levando a uma grande procura de locais com interesse histórico e arqueológico um pouco por toda a Europa.

~ * ~

"Tal como as pessoas, as sociedades e os povos possuem uma memória coletiva que constitui parte essencial da sua identidade como grupo e cuja perda poderá causar graves perturbações. Sabe-se que esta memória coletiva constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades".

(...)

“Os centros históricos são considerados como um dos mais importantes problemas das cidades sendo necessário mantê-los e revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam.

Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vetor indispensável face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea”

*Teresa Barata Salgueiro,
in "A cidade em Portugal"*

A urbanização é crescente em todo o mundo e uma das suas consequências é a perda rápida de dados arqueológicos – fontes fundamentais para recuperar as memórias de uma cidade, afirmando a sua identidade.

A promulgação de legislação de proteção dos recursos arqueológicos urbanos já provou ser uma maneira de procurar retardar esse problema. Porém, a aplicação prática das diretivas legais nem sempre é eficaz nem as prioridades da Arqueologia Urbana estão inteiramente definidas.

Apesar das dificuldades que enfrentam, nomeadamente devido ao facto de desenvolverem uma atividade relativamente recente, os arqueólogos urbanos têm contribuído para uma melhor compreensão das origens da urbanização e de aspetos relacionados com o saneamento, transporte, habitação e relações sociais e económicas.

Relativamente ao património arqueológico em meio urbano, a sua valorização e preservação tem passado, sobretudo, pela reintegração de estruturas e de alguns artefactos nos novos projetos de Arquitetura, sendo que, não raras vezes, apesar do seu valor científico, esses vestígios arqueológicos tendem a ver perdida a sua função original, resumindo-se a um valor estético, simbólico e cultural.

Esta perspetiva um tanto “sentimental” pode ser, no entanto, considerada simplista, considerando que o valor de um “objeto” pode ser real ou potencial, no imediato, a curto, médio ou longo prazo.

O valor patrimonial que encerra pode revelar-se determinante para a sua conservação, num quadro económico global que assenta cada vez mais nas indústrias culturais e criativas, geradoras também de importantes fluxos turísticos.

O Património Arqueológico (e o Património Cultural em geral) deve ser hoje também perspetivado como realidade económica (enquanto conjunto de produtos e serviços) face ao papel cada vez de maior destaque desempenhado pelas chamadas “indústrias culturais e criativas”.

No final do ano de 2006 a Comissão Europeia apresentou um estudo designado “A Economia da Cultura na Europa”¹¹. Os resultados deste estudo, pela primeira vez, mostraram o impacto socioeconómico, direto e indireto, do setor cultural na União Europeia. E os indicadores apresentados foram, de alguma forma, surpreendentes – revelando a importância económica da cultura:

- um rendimento de 654 biliões de euros em 2003;
- uma contribuição de 2.6% para o PIB europeu em 2003;
- um crescimento de 19.7% no período de 1999-2003, o que significa um crescimento 12.3% superior ao da média da economia em geral;
- 5.8 milhões de pessoas a trabalhar no setor em 2004, o que representa 3,1% da população ativa da União Europeia.

O estudo sobre os setores cultural e criativo no nosso país (2000-2006), recentemente apresentado pelo Ministério da Cultura e elaborado por Augusto Mateus¹², demonstra igualmente a dimensão destes setores na nossa economia – facto que deveria influenciar mais as políticas culturais públicas.

De acordo com este estudo, o Setor Cultural e Criativo originou, no ano de 2006, um valor acrescentado bruto (VAB) de 3.690 milhões de euros, sendo responsável por 2,8% de toda a riqueza criada nesse ano em Portugal, superior, por exemplo, ao contributo dado pelas indústrias alimentares e bebidas e/ ou a dos têxteis e vestuário.

Relativamente ao emprego, o setor era responsável, neste período, por cerca de 127 mil empregos, representando, desse modo, cerca de 2,6% do emprego nacional total.

¹¹ Parlamento Europeu. Disponível em www.europarl.europa.eu/ [acesso em 2011 Jul 28].

¹²Estudo sobre o setor cultural e criativo em Portugal. Disponível em www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022_Estudo_Setor_Cultural_Criativo_Portugal.aspx [acesso em 2011 Set 13].

A responsabilização e sensibilização dos diferentes parceiros envolvidos nos processos de recuperação urbana será sempre uma mais-valia para que o desenvolvimento das cidades seja adequadamente planeado em termos sustentáveis e que sejam definidas estratégias de integração e conservação do património arqueológico *in situ*.

Só deste modo será possível evitar-se a delapidação do subsolo urbano, preservando-o para o futuro de forma a usá-lo em condições adequadas para resolver os problemas que se colocam ao estudo das cidades (MARTINS, 2010).

Por outro lado, o futuro terá que passar pelo investimento na capitalização da Arqueologia Urbana. A exploração do fator turístico, assim como da dinamização de pontos comerciais associados a centros históricos e arqueológicos tem vindo a desenvolver-se, acompanhados por grande aceitação do público em geral, sendo o “turismo cultural”, como noutra capítulo referimos, uma das grandes apostas nos últimos anos, vetor estruturante de desenvolvimento económico de muitas cidades.

Na época presente, onde a globalização e a ideia de “aldeia global” são cada vez mais uma constante, a Arqueologia, aprendendo com os erros cometidos mas, acima de tudo, centrando a sua atenção nos casos de sucesso e nas boas práticas, será uma mais-valia no contributo para a preservação das identidades nacionais e locais e mesmo para a própria definição dessas mesmas identidades, podendo, através do Passado, perceber melhor o Presente e poder preparar melhor o Futuro.

Referências bibliográficas

BROGIOLO, G. P. (1988) – *Archeologia dell'edilizia storica*, Como.

BROGIOLO, G.P. *et al.* (1996, ...) – *Archeologia dell'Architettura*, Supplemento Annuale ad *Archeologia Medievale*.

BROGIOLO, G. P. (2007) – “Dall'Archeologia dell'Architettura all'Archeologia della complessità”, *Pyrenae*, Vol. I, n.º 38, pp. 7-38.

CARVER, M. (2009) – *Archaeological Investigation*, Routledge.

GRIMES, W. F. (1956) – “Excavations in the City of London”, in Bruce-Mitford R.L.S. (ed.), *Recent Archaeological Excavations in Britain*, Routledge & Kegan Paul, London.

HARRIS, E. (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*, 2nd edit., Academic Press.

LEECH, R. et alii (1999) – *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Council of Europe Publishing.

LEMOS, F. S. (2006) – “A Lei e a Arqueologia Urbana”, *Praxis Archaeologica*, 1, APA, pp. 15-21.

MANNONI T. (1976) – “L'analisi delle tecniche murarie medievali in Liguria”, *Atti del colloquio internazionale di Archeologia Medievale*, Palermo, pp. 3-12.

MANNONI, T. (1990) – “Conoscenza e recupero edilizio”, *Notiziario di Archeologia Medievale*, 58, pp. 3-4.

MARTINS, M., RIBEIRO, M. (2010) – “A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades”, *Forum*, 44-45 (2009-2010), Conselho Cultural da Universidade do Minho, Braga, pp. 149-178.

PARENTI, R. (1983) – “Le strutture murarie: problemi di metodo e prospettive di ricerca”, *Archeologia Medieval*, X, 1983, pp. 332-338.

PARENTI, R. (2002) – “Dalla stratigrafia all'archeologia dell'architettura. Alcune esperienze del laboratorio senese”, *Arqueología de la Arquitectura*, 1, pp. 73-82.

PARENTI, R. (2004) – “La registrazione delle caratteristiche archeologiche delle strutture edilizie”, in M. Cattani, A. Fiorini, N. Viggiani (a cura di), “Nuove frontiere dell'archeologia: il trattamento del dato tridimensionale”, *Atti del Seminario* (Ravenna, 13 maggio 2004), CD-ROM (in consultazione presso il Dipartimento di Archeologia dell'Università degli studi di Bologna, sede distaccata di Ravenna).

RAMALHO, M. M. (2007) – “A Arqueologia da Arquitetura”, *Mestrado em Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos*, FAUTL/ Departamento de Estudos-IPPAR.

REAL, F. & BRANCO, G. (2009) – “Critérios para quantificar o valor do património arqueológico”, *Praxis Archaeologica*, 4, APA, p. 15-19.

ROSKAMS, S. (2001) – *Excavation*, Cambridge University Press.

ROSKAMS, S. (2003) – “Urban Archaeology in Yorkshire”, in Manby, T., Moorhouse, P., Ottaway, S. (eds.), *The Archaeology of Yorkshire: An assessment at the beginning of the 21st century*, Yorkshire Archaeological Society occasional paper.

SILVA, A. (2005) – “O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 8, Número 1, pp. 459-469.

VVAA (2000) – *Archaeology and the Urban Project – a European code of good practice*, Cultural Heritage Comitee, Strasbourg.

Páginas web relacionadas ao tema

Estudo sobre o setor cultural e criativo em Portugal.

Disponível em www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022_Estudo_Setor_Cultural_Criativo_Portugal.aspx [acesso em 2011 Set 13].

National Historic Preservation Act.

Disponível em www.achp.gov/nhpa [acesso em 2011 Jul 28].

Parlamento Europeu.

Disponível www.europarl.europa.eu/ [acesso em 2011 Jul 28].

Urban Archaeology – History, Methods, Current Status, Research and Theory in Current Archaeology, by Steven R. Pendery.

Disponível em www.jrank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html [acesso em 2011 Jul 28].

“What can we learn from urban archaeology?” by Charles W. Bryant.

Disponível em science.howstuffworks.com [acesso em 2011 Jul 28].

Texto escrito conforme o Novo Acordo Ortográfico.